ARTIGOS COMPLETOS **1959**

RESUMOS DE PROJETOS **1971**

18 a 22 de outubro de 2021
Anais do ENEPE
ISSN 1677-6321

Unoeste

ARTIGOS COMPLETOS

O DIREITO À MORADIA E A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: EM BUSCA DE RECONHECIMENTO NAS CIDADES BRASILEIRAS..... 1960

O DIREITO À MORADIA E A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: EM BUSCA DE RECONHECIMENTO NAS CIDADES BRASILEIRAS

Julia Marques de Alquino, Fabrícia Dias Da Cunha De Moraes Fernandes

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Presidente Prudente, SP. E-mail: juh_alkino@hotmail.com

RESUMO
A ideia central trabalhada no presente artigo, baseia-se no estudo feito para o Trabalho de Conclusão de Curso da autora e tem o intuito de analisar a relevância do direito à habitação social bem como a qualidade de projetos que surgiram no Brasil evidenciando as problemáticas da habitação de interesse social no país. Além desta contextualização e análise histórica, o artigo visa também analisar o crescimento dos conjuntos habitacionais na cidade de Dracena-SP e apontar direcionamentos para implementação de moradias de baixa renda no município em questão. Trata-se de pesquisa qualitativa considerando revisão bibliográfica e documental bem como levantamento *in loco*.
Palavras-chave: Habitação de Interesse Social. Dracena-SP. Moradia de Qualidade. Inserção Urbana

THE RIGHT TO HOUSING AND HOUSING OF SOCIAL INTEREST: IN SEARCH OF RECOGNITION IN BRAZILIAN CITIES

ABSTRACT
The central idea developed in this article is based on the study done for the author's Course Conclusion Work and aims to analyze the relevance of the right to social housing as well as the quality of projects that emerged in Brazil highlighting the problems of housing of social interest in the country. In addtion to this contextualization and historical analysis the article also aims to analyze the grow of housing complexes in the city of Dracena-SP and point out directions for the implementation of low-income housing in the municipality in question. It is a qualitative research considering a bibliographical and documental review as well as an in loco survey.
Keywords: Social Interest Housing. Dracena-SP. Quality Housing. Urban Insertion.

INTRODUÇÃO

A produção do espaço ocorre devido a um processo executado pelo homem, que consiste em produzir e reproduzir sua própria vida, história e consciência. Porém, com o surgimento do capitalismo o espaço social se tornou algo complexo baseado em três relações: biológica, reprodução da força de trabalho e das relações sociais de produção, conectados e inter-relacionados. Vê-se que o espaço não se tratava mais de um local passivo, onde as relações sociais ocorrem, mas sim, sobre servir a classe dominante (NETO; VILLAC, 2013).

A chegada do capitalismo moderno durante o século XX, criou um espaço homogêneo e fragmentado, considerado homogêneo, pois, gera espaços repetitivos, associados com instrumentos projetados para duplicar a quantidade de edifícios (NETO; VILLAC, 2013). Já no caso de ser fragmentado, isto ocorre, pois, está dividido em partes que podem ser vendidas conforme os critérios que são estabelecidos pela renda do solo. À medida que este espaço se divide, ele acaba sendo hierarquizado, distribuindo valores que pode ser classificado tanto em espaços considerados nobres e elitizados, como por exemplo, os condomínios de luxo, mas também gera a existência de espaços para classe média, e por isso acaba ocorrendo uma segregação (NETO; VILLAC, 2013).

Esse capitalismo existente no espaço urbano é divido e transformado em uma espécie de mercadoria que consequentemente cria uma contradição em relação ao direito à cidade, também conhecido como direito à vida urbana. O espaço urbano deve ser acessível a todos e não somente aqueles

que podem pagar, devido a esta segregação este direito acaba sendo possível apenas a uma parcela da população (MOREIRA, 2020).

Neste sentido surgem as chamadas Habitações de Interesse Social, que são voltadas para a população de baixa renda que não possui acesso a moradia formal, ou que não podem contratar serviços profissionais ligados a construção civil (MOREIRA, 2020). Segundo os dados do relatório de 2016 do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT), naquele ano, existiam cerca de 881 milhões de pessoas que viviam em favelas nas cidades dos países em desenvolvimento. Alguns estudos elaborados pela ONU-HABITAT estimam-se que até 2025 é possível que estes números cresçam para 1,6 bilhão de pessoas que necessitem de moradia adequada e de forma acessível (NETO; VILAC, 2013).

Desde 2005 no Brasil já existe uma lei que trata sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), esta lei foi criada com o intuito de democratizar o acesso espaços urbanizados, habitação digna e sustentável, por meio de políticas e programas de investimento e subsídios, acompanhando e apoiando a atuação das instituições e órgãos que executam estas funções no setor de habitação. Um dos resultados mais conhecidos é o programa Minha Casa Minha Vida, este programa surgiu em 2009 e foi um dos mais conhecidos no contexto das Habitações de Interesse Social (HIS) (MOREIRA, 2020).

Porém, ainda que o programa seja conhecido, e que existem muitas famílias que foram contempladas com estas habitações, existem muitas críticas no que se refere na qualidade dos espaços, materiais ou técnicas utilizadas na construção, estas falhas podem ocorrer por falta da participação popular durante a concepção do projeto, além da falta de incentivos para promover conhecimento, identidade e vizinhança e a desarticulação com o contexto urbano (MOREIRA, 2020).

Nos últimos anos este contexto de HIS vem se tonando alvo de olhares mais cuidadosos dentre os profissionais da construção civil, isto porque, em 2016 ao arquiteto chileno Alejandro Aravena foi contemplado com o maior prêmio de reconhecimento da arquitetura, o Pritzker, após demonstrar que é possível ampliar o campo de atuação do arquiteto e com isso, atingir resultados que surgem como forma de melhoria nos contextos urbanos, abordando a tese de que é possível construir uma série de casas de baixo custo, mas que tenha cunho participativo em relação à ocupação (MOREIRA, 2020).

Assim, entendendo a dinâmica e a importância da habitação de interesse social, o presente artigo surge a partir da percepção que na cidade de Dracena, ocorre a falta de incentivo as políticas públicas habitacionais, sendo as que existem, estão totalmente marginalizados pelo restante da cidade.

MÉTODOS

A metodologia possui caráter qualitativo, portanto, é pautada em pesquisas bibliográficas em livros, artigos, teses, dissertações e materiais disponibilizados na internet para a formação e aprofundamento sobre a temática escolhida, com intuito de compreender sobre as questões das moradias voltadas a população carente. A partir da realização da pesquisa histórica, promoverá um estudo de análises das condições de moradias desta parte da população que depende dos programas de governo para ter a casa própria e como são executados os projetos arquitetônicos das residências.

Agregará também o levantamento quanto a legislação que compete a essa área da arquitetura, e assim, identificar quais os principais problemas existentes nas edificações executadas por programas de governo ou construídas pela própria população em áreas de ocupação. Consta-se também visita *in loco* a área de estudo, a cidade de Dracena-SP, com objetivo de conhecer o local e compreender as vulnerabilidades e potencialidades do mesmo.

Panorama histórico das habitações de interesse social no Brasil.

O presente artigo, portanto, tem como intuito apresentar os aspectos quanto ao direito à moradia voltado a população carente. Sabe-se que a moradia é um direito essencial previsto pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º sendo considerada também como, segundo Lima (2019, p.06) “uma condição material necessária à dignidade humana”. Este direito assegura que o indivíduo possa vir a ter uma integração com a sociedade, tendo como principal intuito assegurar a dignidade da pessoa humana, pois, trata-se de um direito fundamental de acordo com o Capítulo II da CF-88, art. 6º que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais (LIMA, 2019).

Contudo, assegurar abrigo ou moradia como parte dos direitos fundamentais não é o bastante, o Estado deve promover e incentivar a redução da desigualdade social, não podendo ter uma visão de moradia apenas como uma unidade habitacional, mas sim devendo unir seu entorno com o planejamento urbano (FERNANDES, 2006 *apud* LIMA, 2019).

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi criado em 7 de julho de 2009 através da Lei nº 11.977 e foi um dos principais programas de habitação da atualidade, seu objetivo estava fundamentado na construção de moradias para famílias de baixa renda, segundo Carvalho e Stephan (2016, p.286). Este projeto visa uma melhoria no sistema habitacional brasileiro. O PMCMV foi criado em um momento pós crise econômica e representa "uma política social de grande escala que estimulou a criação de empregos e de investimentos no setor da construção civil. " (CARVALHO; STEPHAN, 2016, p.286).

Já no meio do ano de 2013, o programa havia beneficiado cerca de 3.012.848 de unidades e "em julho de 2014, o Governo Federal havia entregado 1,7 milhão de moradias, beneficiando 6,4 milhões de pessoas, dos quais 60% voltaram-se para a menor renda" (ROMAGNOLI, 201?, p.286). Porém, ainda que os números da quantidade de moradias construídas fossem positivos, alguns pesquisadores passaram a questionar a qualidades destas habitações, da mesma maneira em que a área destas construções também passou a ser pauta entre profissionais da área e de movimentos populares, pois, na maioria dos casos as residências eram construídas em locais periféricos devido ao interesse imobiliário em relação a ocupação de terras (MARICATO, 2012 *apud* ROMAGNOLI, 201?).

Como exemplo desta falta de comprometimento com a infraestrutura das residências, podemos citar brevemente o Conjunto Habitacional Ouro Preto II (figura 01), situado na cidade de Ouro Preto do Oeste no estado de Rondônia, as 150 unidades que seriam entregues para as famílias até o final do ano de 2019, que estavam em atraso desde 2013 devido à falta de capital financeiro. No entanto, apesar das residências estarem quase finalizadas, a rede de água e esgoto estavam comprometidas e devido ao abandono dessas residências, parte da fiação elétrica foi furtada (GAZETA CENTRAL, 2019).

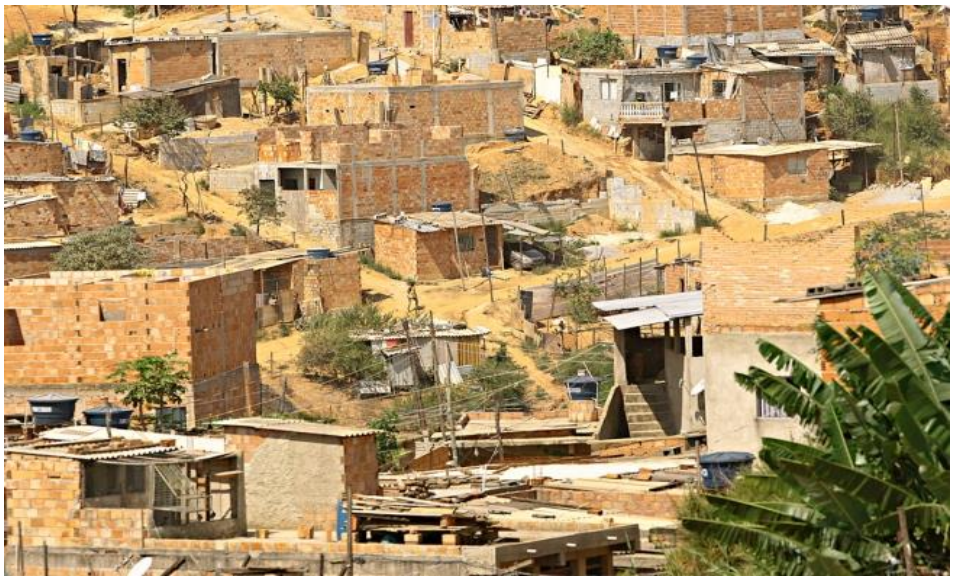
Figura 01. Conjunto Habitacional Ouro Preto II.

Fonte: Jornal Rondônia (2019).

Portanto, a partir da figura 01 pode-se ter o entendimento quanto a falta de comprometimento do Estado, para com esta parcela da população, pois, é possível identificar a má qualidade arquitetônica das residências construídas, porém, mesmo com tantas problemáticas presentes o PMCMV continuou sendo muito procurado por estas famílias, pois, é a maneira que encontram de tentar conquistar a casa própria. Devido essa falta de proceder por parte do Estado em relação a população de baixa renda, que não possuía meios financeiros para adquirir uma moradia, como alternativa essas pessoas passaram a ocupar áreas impróprias para construção de residências como forma de improvisar um lar, a partir daí passaram a surgir "processos organizatórios em torno da luta pela moradia". (LAGO, 2012, p.02).

Como segundo exemplo da luta por estes direitos, pode-se citar a Comunidade Camilo Torres (figura 02), também situada na cidade de Belo Horizonte, que ocupa uma área onde deveria ter sido feito um Distrito Industrial e que hoje as famílias que a ocupa reivindicam os serviços básicos de saneamento, instalação elétrica e também pedem que haja a regularização fundiária.

Figura 02. Comunidade Camilo Torres – Belo Horizonte



Fonte: Jornal Hoje em Dia (2017)

Contudo, devido a troca de governo, o Programa Minha Casa Minha Vida foi reformulado e agora passou a ser Programa Casa Verde e Amarela (PCVA), instituído no dia 13 de janeiro de 2021 sancionado pela Lei nº14.118/21, o PCVA foi inspirado no Programa Minha Casa Minha Vida e visa dar continuidade na questão quanto ao direito à moradia para a população de baixa renda, assim como auxiliar no desenvolvimento econômico, proporcionar mais oportunidades de trabalho e melhorar os modelos de habitação, consequentemente, melhorando a qualidade de vida (SCARTEZINI, 2021).

Quanto as questões de infraestrutura urbana e sistemas de saneamento, o PCVA irá usufruir de recursos financeiros da União, tal qual, FGTS e também outros três fundos que foram criados com o intuito de financiar programas de moradia que foram criados pelos governos anteriores seriam eles: fundo de arrendamento residencial (FAR), fundo de desenvolvimento social (FDS) e fundo de habitação de interesse social (FNHIS) (BRASIL, 2021). O programa também determina que os materiais utilizados na execução das moradias deverão ser preferencialmente derivados de reciclagem, como por exemplo, tijolos feitos com restos de mineração, os projetos também devem possuir condições adequadas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou idosos (BRASIL, 2021).

Devido ao fato do programa ter sido instituído este ano, ainda não é possível analisar a qualidade das residências feitas pelo mesmo, como foi o caso do programa Minha Casa Minha Vida que já existia há 11 anos. No entanto, vemos que as mudanças feitas não fogem muito das propostas do programa anterior, pois, o público-alvo continua sendo principalmente as famílias de baixa renda e a população que vive em situação de vulnerabilidade no país.

O município de Dracena-SP e a estruturação urbana dos bairros de baixa renda na cidade.

Como dito no capítulo anterior, devido ao crescimento acelerado das cidades e seus grandes centros, as famílias que não possuem capital financeiro para manter uma moradia próxima a centralidade se viam obrigadas a realocar-se nas áreas periféricas das cidades, onde o custo de vida é mais baixo. Contudo, não é apenas nas grandes metrópoles que isto ocorre, na cidade de Dracena-SP localizada no interior do estado de São Paulo que possui cerca de 47 mil habitantes, também se encontra este tipo de problemática.

A cidade de Dracena situa-se na região sudeste do Brasil (figura 03) pertencente a mesorregião de Presidente Prudente, localizada a oeste do estado de São Paulo ficando cerca de 650 quilômetros da

capital. Ao redor da cidade localizam-se os municípios limítrofes, ao norte está o município de Tupi Paulista, Ribeirão dos Índios e Presidente Venceslau ao sul, Ouro Verde a oeste e Junqueirópolis a leste (IBGE, 2020).

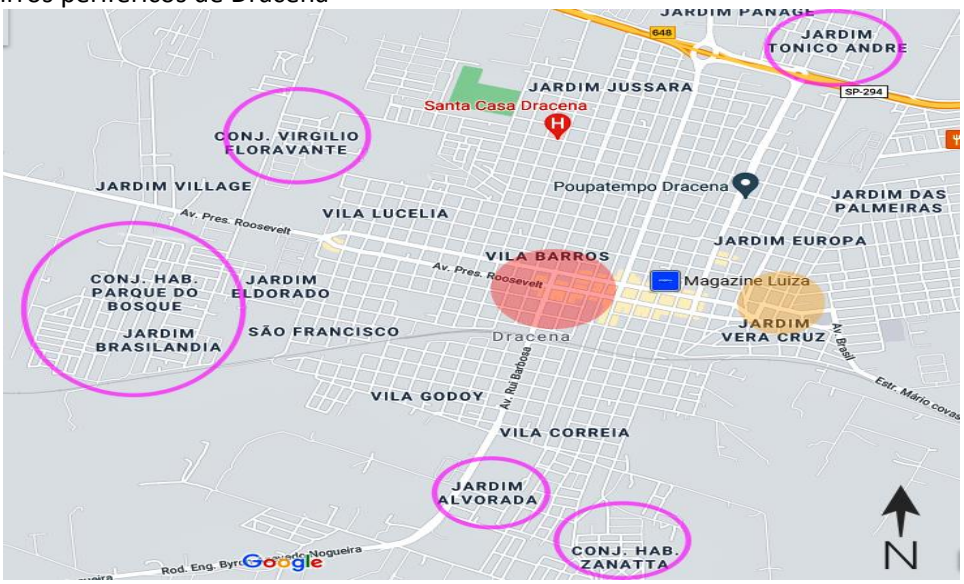
Figura 03. Estado de São Paulo

Fonte: Google (2021) editado pelas autoras (2021).

Atualmente, o município de Dracena é considerado um dos mais importantes na região do oeste paulista (ficando atrás apenas de Presidente Prudente), segundo dados do Instituo Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2020, a população da cidade é de 47.043 pessoas, o município hoje oferece à população diversas opções de curso superior na cidade o que antes não acontecia, Dracena conta com três faculdades voltadas a diferentes áreas.

O crescimento do município também é significativo no âmbito da habitação, devido ao surgimento de muitos loteamentos principalmente nas áreas ao redor da cidade, ocasionado em um crescimento horizontal, contudo, o fato de estes loteamentos serem em locais mais afastados (figura 4), as famílias que não possuem veículo próprio sofrem com a ausência de transporte público na cidade, que possui poucas linhas e não passa em todos os bairros.

Figura 04. Bairros periféricos de Dracena



Fonte: Google Maps, (2021), editado pela autora (2021).

Bairros periféricos
Área central
Entorno do projeto

A partir da figura 04, é possível entender melhor como funciona a localização dos bairros direcionados a famílias de classe média baixa e/ou baixa renda na cidade. Estes bairros em sua maioria não possuem serviços essenciais, como escolas e mercados, entre outros equipamentos urbanos, em sua extensão. Como citado anteriormente, o presente artigo é pautado nas pesquisas realizadas pela autora durante a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, portanto, serão apresentadas possíveis soluções para o projeto idealizado na busca de melhorar a qualidade de vida destas famílias.

Diretrizes projetuais.

Conforme exposto anteriormente, para a realização do projeto se fez necessário encontrar um espaço próximo a área central, como forma de exemplificar que um projeto de cunho social, não necessariamente precisa ser executado na área periférica de uma cidade. O terreno escolhido fica localizado em uma área que apresenta equipamentos urbanos essenciais no cotidiano das pessoas, de modo que facilitem a rotina desses moradores. O fato de morar próximo a escola, mercado, igreja, entre outros, também auxilia na questão econômica, pois, não é necessário uso de veículo, seja ele próprio ou não (como aplicativos, por exemplo), visto que essas tarefas podem ser feitas a pé.

Figura 05. Localização do entorno

Fonte: Google Earth (2021), editado pela autora (2021).

Área do entorno
Terreno
Área central
Vias principais

O projeto das residências foi pensado para se adequar ao grupo 2 do Programa Casa Verde e Amarela, que é voltado para famílias com renda mensal de até R$4.000,00 (quatro mil reais). As residências possuem o programa de necessidades, que é o mínimo necessário para uma habitação unifamiliar, a divisão dos ambientes foi pensada da melhor forma para aproveitar a iluminação e ventilação natural e a integração dos espaços.

Tabela 01. Programa de Necessidade

PROGRAMA DE NECESSIDADES	
AMBIENTES	DIMENSÃO (m²)
DORMITÓRIO 1	5,94m²
DORMITÓRIO 2	7,70²
BANHEIRO	2,85m²
COZINHA/SALA DE JANTAR/ESTAR	18,95m²
LAVANDERIA	2,43m²
ÁREA DE EXPANSÃO	5,94m²
ÁREA TOTAL SEM EXPANSÃO	37,43m²
ÁREA TOTAL COM EXPANSÃO	43,37m²

Fonte: A autora (2021).

Cada ambiente foi pensado para suprir as necessidades do cotidiano dos moradores, propondo funcionalidade, mas também que seja um lugar agradável esteticamente, trazendo a ideia inicial que é propor um projeto para famílias de baixa renda, porém, que seja um ambiente de qualidade à estas famílias, visto que nas pesquisas anteriores, foi identificado que muitas das residências construídas pelo governo não apresentam bom aproveitamento de insolação e ventilação natural, tampouco com o lazer dos usuários.

A materialidade que será utilizada no local também foi escolhida pensando no desempenho e questões como: custo benefício – manutenção – desempenho térmico e acústico e mão de obra.

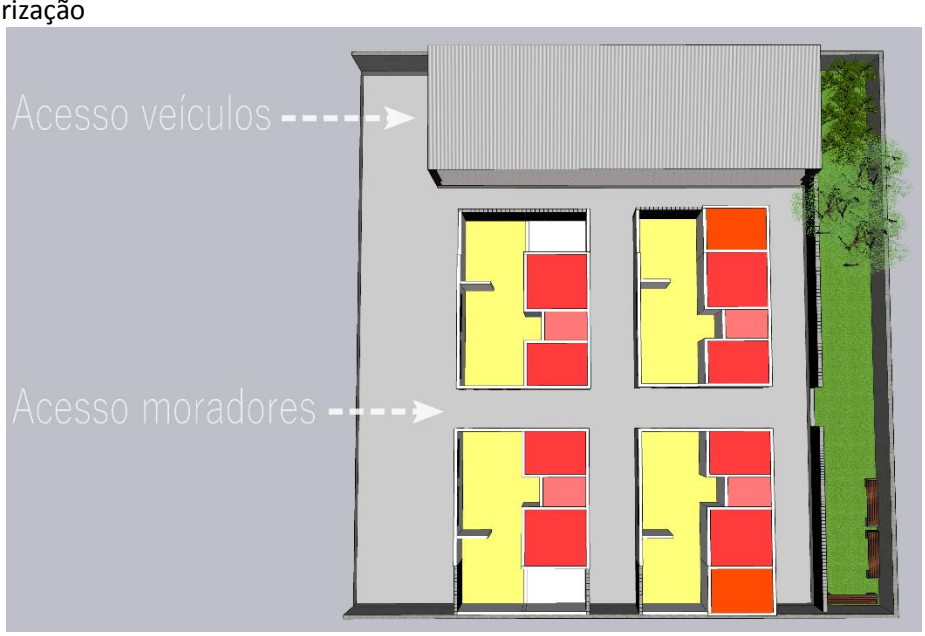
Tabela 02. Elementos construtivos

MATERIALIDADE			
MATERIAL	ILUSTRAÇÃO	LOCAL DE APLICAÇÃO	JUSTIFICATIVA
BLOCO DE CONCRETO		Muros do terreno utilizado de forma estrutural e aparente	Material de baixo custo, pode ser utilizado de diversas formas, fácil manutenção, mão de obra acessível
PISO INTERTRAVADO		Pavimentação externa	Bom desempenho de: durabilidade – captação de água, e sustentabilidade
TELHA METÁLICA		Cobertura das residências e da garagem	Bom desempenho térmico e acústico, fácil manutenção, dispensa uso de forro, redução de umidade
COBOGÓ DE CONCRETO		Muro para divisão da área da horta e muros da área externa das residências	Traz maior permeabilidade ao local integrando os ambientes internos e externos, compõe a estética do local, possibilita ventilação e iluminação natural

Fonte: A autora (2021).

A setorização foi pensada com base nos estudos anteriores, a horta ao fundo do lote além de trazer uma opção de lazer e de interação entre as famílias que podem plantar seus próprios alimentos, também ajuda a diminuir o calor causado pela incidência solar, a garagem foi colocada na parte esquerda do terreno, pois, é onde o sentido da rua chega até o local, ou seja, o acesso de veículos será mais fácil, também optou-se em criar uma garagem única para as famílias para que o espaço das residências pudesse ser melhor aproveitado.

Figura 06. Setorização

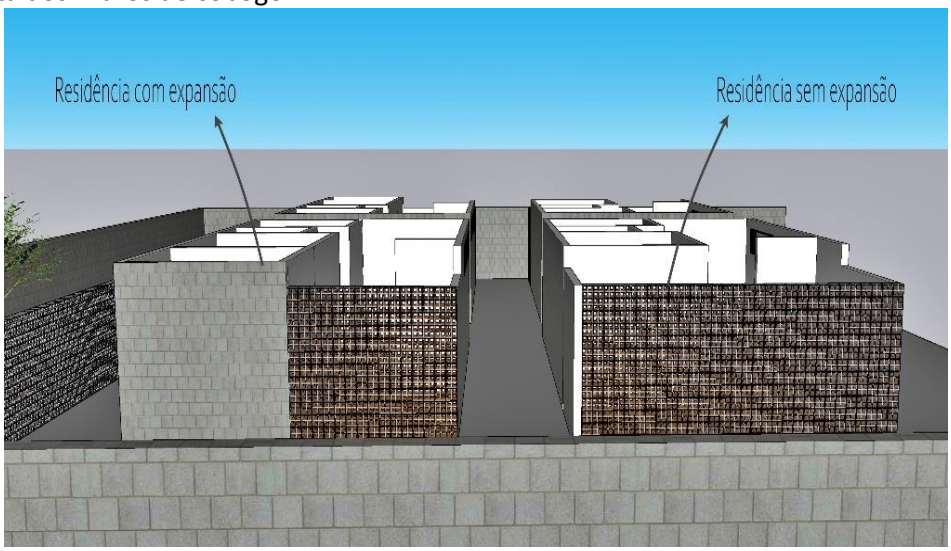


Fonte: A autora (2021).

Uso social
Uso íntimo
Área para expansão

A materialidade escolhida para residência foi o bloco de concreto com dimensões de 14x19x39 que será utilizado de maneira estrutural e aparente, este material foi escolhido devido ao seu bom desempenho estrutural, durabilidade e custo benefício, o muro dos fundos será de cobogós de concreto que será colorido essa opção do muro surgiu como forma de oferecer permeabilidade e integração entre os ambientes internos e externos, visto que serão 4 unidades implantadas no mesmo terreno, é importante que se crie uma linguagem interativa entre essas famílias.

Figura 07. Vista dos Muros de cobogó

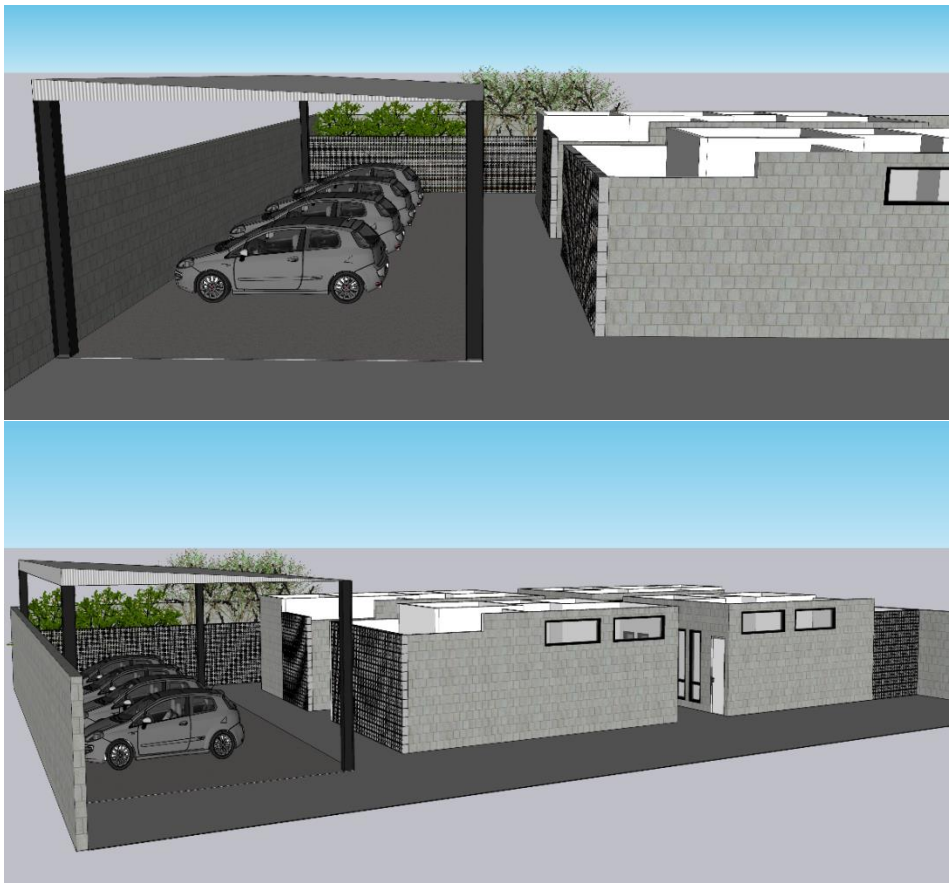


Fonte: A autora (2021).

Além de proporcionar permeabilidade os muros em cobogós também melhoram a ventilação natural na residência. As residências possuem o mesmo padrão de materialidade, porém, a cor da pintura do cobogó poderá ser de escolha do morador, como uma forma de colocar sua personalidade na residência. Portanto, a pessoa poderá mudar a cor sempre que achar necessário. Já a garagem com capacidade para até 5 carros (de modelo popular) foi criada para suprir a necessidade dos moradores, ou

também de eventuais visitas que precise guardar o veículo, a ideia de fazer uma única garagem para atender as 4 unidades, partiu do princípio de aproveitar melhor os espaços do terreno, visto que se cada residência tivesse sua garagem particular, o local ficaria sem espaços de circulação e a integração não aconteceria de forma tão direta.

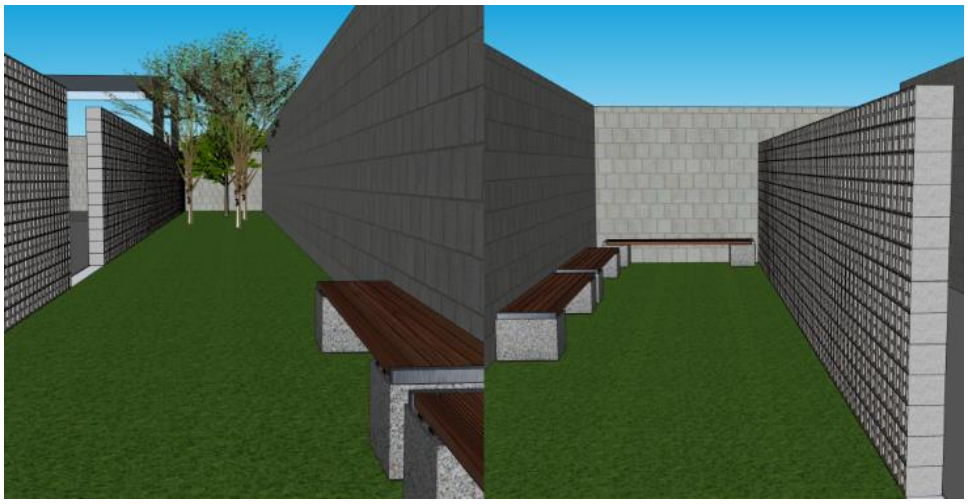
Figura 08. Volumetrias do terreno



Fonte: A autora (2021).

Assim como nas casas, o muro que faz a divisa do espaço da horta também será feito em cobogó de concreto, mantendo um padrão com as residências. A ideia deste ambiente vai além das espécies vegetativas que serão plantadas, mas também de criar um ponto de permanência e lazer aos moradores, a figura 09 demonstra as primeiras ideias de como este espaço poderá ser explorado.

Figura 09. Vistas da horta



Fonte: A autora (2021).

O projeto, portanto, foi idealizado para entregar um ambiente funcional e agradável ao usuário, tendo como intuito demonstrar que moradias compactas também são possíveis de apresentar uma boa qualidade arquitetônica e que estas famílias não precisam residir em locais distantes da centralidade das cidades para que seja possível ter moradia e infraestrutura urbana de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, conclui-se, que todo cidadão possui o direito de ter uma moradia digna e que é dever do Estado assegurar este direito. Porém, na prática muitas vezes isto não ocorre e grande parte da população de baixa renda acaba sendo prejudicada, devido a fatores como a especulação imobiliária, que acaba encarecendo o custo das moradias localizadas em áreas "privilegiadas" da cidade, dessa forma, aqueles que não possuem capital se veem obrigados a procurar outras formas de habitação, o que acaba ocasionando muitas vezes nas ocupações ilegais.

Os programas voltados a habitação de interesse social, sugiram como forma de ajudar esta população, porém, ainda que a família consiga ser contemplada pelo serviço, vê-se que ainda há uma grande demora no prazo de entrega das moradias, assim como na qualidade material dessas unidades, pois, muitas vezes as empresas usam materiais construtivos de baixa qualidade para superfaturar a obra.

A ideia do projeto apresentado para a cidade de Dracena-SP, traduz o pensamento de que não deveria ser necessário que as famílias de baixa renda se vissem obrigadas a procurarem locais distantes, muitas vezes sem o mínimo de infraestrutura urbana, somente para ter um teto para morar, apresentando um modelo de residência compacta, com materiais de baixo custo, mas que seja de boa qualidade arquitetônica.

Vale ressaltar, que estes quesitos de moradia influenciam inúmeros fatores na vida dessas famílias, pois, quando um cidadão possui uma boa habitação que supre suas necessidades de forma funcional, mas que também lhe faz sentir seguro e confortável, este cidadão irá executar suas tarefas e funções do cotidiano de melhor forma, quando comparado a uma pessoa que vive em situação insalubre.

REFERÊNCIAS

BRASIL**, Programa Casa Verde e Amarela é sancionado com veto a unificação de tributos. Senado Notícias, 2021.** Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/01/13/programa-casa-verde-e-amarela-e-sancionado-com-veto-a-unificacao-de-tributos. Acessado em: março de 2021**.**

CARVALHO, Aline Werneck Barbosa; STEPHAN, Italo Itamar Caixeiro. **Eficácia social do Programa Minha Casa Minha Vida: discussão conceitual e reflexões a partir de um caso empírico**. **Cadernos Metrópole**, v. 18, n. 35, 2016. https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3513

LIMA, Mateus Fernandes Vilela, **O Direito à Moradia e as Políticas Habitacionais Brasileiras da Segunda Década do Século XXI**. 2019. Disponível em: file:///C:/Users/juh_a/Downloads/48406-163095-1-PB.pdf. Acessado em: março de 2021. https://doi.org/10.12957/geouerj.2020.48406

MOREIRA, Susana. **O que é Habitação de Interesse Social?** 10 de outubro de 2020. Archdaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/925932/o-que-e-habitacao-de-interesse-social>. Acessado em: março de 2021.

NETO, Victoriano Pedrassa; VILLAC, Maria Isabel. **Habitação de Interesse Social (HIS) como instrumento de construção da cidade e inclusão social**. Arquitextos (Vitruvius). Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.162/4964>. Acessado em: março de 2021.

ROMAGNOLI, Alexandre J. **O programa "minha casa, minha vida": continuidades, inovações e retrocessos**. Temas de Administração Pública, v. 4, n. 7, p. 1-29, 2012. Disponível em: https://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/AdministracaoPublica/RevistaTemasdeAdministracaoPublica/artigoalexandreromagnoli.pdf. Acessado em: março de 2021

SCARTEZINI, Júlia**. Sancionada a Lei que cria o Programa Casa Verde e Amarela: e agora?** 2021. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2021-jan-18/julia-scartezini-lei-programa-casa-verde-amarela. Acessado em: abril de 2021.

RESUMOS DE PROJETOS

(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E AGRICULTURA FAMILIAR: POLÍTICAS PÚBLICAS E BOAS PRÁTICAS NOS ASSENTAMENTOS DO BAIRRO RIBEIRÃO BONITO NO MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO - SP 1972

DEMOCRACIA NO DIREITO DAS FAMÍLIAS AOS TUTELADOS VULNERÁVEIS/ DEMOCRACY IN FAMILIES' RIGHT TO THE VULNERABLES PUPILS 1973

RESPONSABILIDADE CIVIL E A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL 1974

Pesquisa (ENAPI)

Comunicação oral on-line

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE
Ciências Humanas
Ciência Política

(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E AGRICULTURA FAMILIAR: POLÍTICAS PÚBLICAS E BOAS PRÁTICAS NOS ASSENTAMENTOS DO BAIRRO RIBEIRÃO BONITO NO MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO - SP

MARTA APARECIDA DE MOURA
ALBA REGINA AZEVEDO ARANA

O estudo é conduzido conforme as análises das políticas públicas de desenvolvimento rural, especificamente em prol a agricultura familiar (PRONAF, PNAE e PAA). Sua importância justifica-se pelo atual estado de emergência da Insegurança Alimentar e Nutricional nos Assentamentos do Bairro Ribeirão Bonito, no município de Teodoro Sampaio - SP e o crescimento da fome no Brasil. Compreender as reais condições da (In)Segurança Alimentar e Nutricional do Objeto de Estudo. A Metodologia tem a abordagem Hipotético-Dedutivo, com uso do Estado do Conhecimento, conforme o Índice de Alimento Básico/Não Alimentos Básicos e Questionários da EBIA. Devido a crise sanitária de COVID-19 a Pesquisa de Campo está na Fase de Observação, foram coletados os dados: 1)PRODUÇÃO: Hortaliças, Eucalipto, Bicho da Seda, Gado de Corte e Leiteiro, Seringueira e Mandioca (ITESP, 2021); 2)CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO: Prefeitura Municipal, PAA, PNAE, Feiras e Mercados (ITESP, 2021); 3)PANDEMIA: Famílias - 395, Pessoas - 1128, Casos - 49, Óbitos - 1, Vacinados: 1ª Dose: 49, 2ª Dose: 24 (SECRETARIA DA SAÚDE - TEODORO SAMPAIO, 2021) e 4)EDUCAÇÃO INFANTIL: Alunos - 26: Pré I - 19, Pré - II - 7, Estrutura Física - Própria, Funcionários: 4, Material Didático - Sistema SIM - Editora FTD (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - TEODORO SAMPAIO, 2021). Segundo a FAO (2018, p.31) a SAN depende de: "Se reconoce que esta definición esta conformada por cuatro dimensiones: la disponibilidad, el acceso, la utilización y la estabilidad como un componente transversal". A COVID-19 foi um fator preponderante de IAN mundialmente, agravando os números entre 83 a 132 milhões de pessoas em vulnerabilidade alimentar, mas, a FAO ressalta que os dados estão sujeitos a incerteza (FAO, 2020, tradução nossa). As pesquisas estão na Fase de Observação, nesta foram notadas na paisagem as características do inverno, com temperatura mais baixas e com ausência de precipitação, resultando no período do ano mais frio e seco (VIAMORIM, 2008, p.24), em muitos lotes observou-se que o gado bovino está magro, devido à ausência de pastagens. A pandemia contribuiu para queda da rentabilidade dos agricultores, com o fechamento de escolas e interrupção das feiras o escoamento da produção tornou-se inviável. Preliminarmente a condição de produção do Assentamento, que segundo o ITESP (2021), somente 30% dos agricultores estão conseguindo produzir satisfatoriamente. Órgão de fomento financiador da pesquisa: CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior Protocolo CAAE: 29760720.1.0000.5515

Pesquisa (ENAPI)

Comunicação oral on-line

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE
Ciências Humanas
Ciência Política

DEMOCRACIA NO DIREITO DAS FAMÍLIAS AOS TUTELADOS VULNERÁVEIS/ DEMOCRACY IN FAMILIES' RIGHT TO THE VULNERABLES PUPILS

MARCOS PAULO DOS SANTOS
JOSÉ RICARDO SUTER

Democracia no direito das famílias aos tutelados vulneráveis tenta definir a vulnerabilidade, compreendida por cidadãos que integram os ideários de povo no Brasil (grupo que desempenha papel progressista e revolucionário na sociedade brasileira - progresso nacional e de suas famílias, e revolução perante as injustiças das classes politicamente dominantes, que não pertencem aos quadros de povo, e gerem o Estado). A citada vulnerabilidade inviabiliza equidade no acesso à justiça, em todos os âmbitos sociais. Ponderou-se, frente a frente, classes dominantes, e classes que compreendem os quadros de povo no Brasil. Uma ampla vulnerabilidade está instaurada, também no acesso à jurisdição. Mesmo a mediação e a conciliação, que adentraram o ordenamento brasileiro com o Código de Processo Civil de 2015, não sanaram esta vulnerabilidade, ainda que sejam meios consensuais necessários à justiça. É de suma importância compreender a vulnerabilidade, e sua interferência nas demandas cidadãs, no Brasil. O resumo é baseado em bibliografias, que integraram um artigo científico, desenvolvido ao Projeto de Iniciação Científica da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos/São Paulo. De acordo com a pesquisa, o Estado brasileiro é gerido por classes, camadas, e grupos sociais, que não integram os ideários de povo no Brasil. Logo, os cidadãos que pertencem ao povo (e desempenham papel social progressista, e revolucionário, em seus cotidianos), convivem com imposições, e estão em vulnerabilidade, também no acesso à justiça, o que vai contra a democracia, e à ideia de máximas estatais ideais, caso da mediação e da conciliação. Há vulnerabilidade no Brasil, no acesso à justiça, na vida social em si. Cidadãos brasileiros convivem com ela, afinal, e buscam sempre o melhor para suas famílias, e à nação - em papel progressista, e revolucionário ao regresso, que fazem-nos integrantes dos ideários de povo, e são respostas à vulnerabilidade. A vulnerabilidade social, situação comum a vidas que compreendem os ideários de povo no Brasil, inviabiliza o acesso ao justo, e vai contra os panoramas da democracia - que vê no povo sua máxima proteção, constitucional e infraconstitucional. Ainda que muitas das vezes o Estado seja eficaz, como na mediação e na conciliação, uma ampla vulnerabilidade está exposta, e abarca a resolução de demandas das famílias, e todos os meios da sociedade, no Brasil. Seu combate é papel cidadão. Órgão de fomento financiador da pesquisa: Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos, Estado de São Paulo.

Pesquisa (ENAPI)

Comunicação oral on-line

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE
Ciências Humanas
Ciência Política

RESPONSABILIDADE CIVIL E A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL

LAURA SIMOES DOS SANTOS
LICIA PIMENTEL MARCONI

Sem muita visibilidade, a violência obstétrica encontra-se enraizada na realidade de milhares de mulheres no Brasil e ao redor do mundo diariamente, ocorrendo na maioria das vezes de forma velada, sem o devido destaque como ato de violência contra a mulher e ao seus direitos, ficando muitas vezes sem punição por falta de previsão legal. A justificativa deste trabalho se dá em razão da relevância do tema perante a sociedade, já que a maioria das pessoas, inclusive parturientes, não tem a menor consciência de que a violência obstétrica existe. O presente estudo tem como objetivo geral identificar as atitudes e ações que caracterizam a violência obstétrica e atribuir a responsabilidade dos agentes ativos, na esfera civil e penal. Quanto aos objetivos específicos do trabalho é descrever aspectos históricos, identificar a distribuição desta pratica nas sociedades contemporâneas sob a perspectiva cultural da omissão pelas mulheres e indicar as formas de combate dessa conduta reprovável. O método aplicado é o hipotético-dedutivo, envolvendo revisão legal e estudo comparado dos ordenamentos jurídicos, levantamento bibliográfico por meio de artigos científicos e literários, analise da doutrina e jurisprudência nos tribunais brasileiros. O aumento considerável do percentual de cesarianas constatados no Brasil, no recorte de 2007/2011, além das declarações da OMS quanto aos abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto nas instituições de saúde, violando o direito da mulher e ameaçando a vida, saúde, integridade física da parturiente resultou em uma postura de preocupação, impondo estudo, pesquisa, planejamento e mobilização sobre este importante tema de saúde pública e direitos humanos No plano da atribuição de responsabilidade, que se distribui entre a civil, médica e penal, o que se tem por certo é que, diante da ocorrência de um erro médico, ou uma vez configurada a violência obstétrica, a vítima tem direito ao ressarcimento por danos causados, à título de indenização, seja o agente causador agente público ou não. Inobstante a relevância, a violência obstétrica não encontra muito respaldo jurídico no Brasil até o momento, o que explica a impunidade do infrator. É de extrema importância que o tema ganhe visibilidade no campo do direito, pois enquanto inexistir previsão legal milhares de mulheres continuarão sendo lesadas física e psicologicamente, tendo que carregar feridas e traumas por toda a vida.